

CURADORIA DO CONSUMIDOR
Inquérito Civil nº 06.2020.00004331-9

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, com atribuição para atuar na Defesa do Consumidor, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **OFERTAÇO SUPERMERCADO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 22.794.999/0001-20, situado na Rua Leonel Boratti, 447, Bairro Tajuba I, no Município de São João Batista, neste ato Representado por **EDSON PEDRO SCALVIN**, CPF nº 081.430.209-24, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00004331-9, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO que a defesa dos interesses e direitos dos consumidores será exercida pelo Ministério Público (art. 82, inciso I, CDC), quando se tratar de *"interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato"*;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público, como um dos instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo, assegurar o respeito aos direitos dos consumidores, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e artigos 5º, inciso II, e 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para defesa dos interesses difusos prevista nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 81, parágrafo único, inciso I, e 82, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 e artigos 5º, 6º e 7º, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, inciso I, institui que é direito básico do consumidor, dentre outros, *"a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas"*

no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos";

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 8º dispõe que os serviços não poderão acarretar riscos à saúde ou a segurança dos consumidores;

CONSIDERANDO que o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor preconiza que *"os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam [...]"*, assim como, em seu § 6º, estabelece que ***são impróprios ao uso e consumo***: • *"I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos; II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; III- os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao que se destinam"*;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 31 dispõe que *"a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores"*;

CONSIDERANDO que, pelo art. 39, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: [...] colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes..."*;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 55 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO que é obrigatória a prévia inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal e dos produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, assim como o prévio registro no órgão competente para fiscalização prévia de estabelecimento que realize o

abate de qualquer espécie de gado, nos termos das Leis nº 1.283/50 e 7.889/89, das Leis Estaduais nº 8.534/92 e 10.610/97, bem como dos decretos que as regulamentam;

CONSIDERANDO que a ingestão de carne imprópria ao consumo pode ocasionar sérios problemas à saúde dos consumidores (salmonelose, gastroenterite, intoxicação alimentar, teníase, cisticercose, câncer, alterações hormonais e toxoplasmose), podendo levar, inclusive, à morte;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 8.137/90, em seu art. 7º, IX, diz constituir crime contra as relações de consumo "*vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo*";

CONSIDERANDO que, no ano de 2017, por meio de ação fiscalizatória desencadeada pelo Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal – POA, foram constatadas irregularidades no Supermercado Scalvin, atual Ofertaço Supermercado LTDA, consistente na apreensão e inutilização de 3.710kg de linguiça sem procedência e 41,545 kg de carne temperada, conforme consta no Relatório de Inspeção, fls. 4-7;

CONSIDERANDO que diante das irregularidades acima identificadas o Investigado agiu em dissonância com as normas consumeristas e similares que foram acima transcritas, tendo, inclusive, a mercadoria sido inutilizada;

CONSIDERANDO que a partir disso foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2020.00004331-9, tendo o Estabelecimento, por meio de seu Representante Legal, manifestado interesse em celebrar o presente Compromisso de Ajustamento de Conduta;

RESOLVEM

Formalizar o compromisso de ajuste de condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, e à adoção de medidas a fim de fazer cessar o impacto causado aos consumidor, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO

Cláusula 1ª: O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação do **COMPROMISSÁRIO** aos requisitos exigidos pela legislação consumerista.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E DA COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

Cláusula 2ª: Caso o **COMPROMISSÁRIO** deseje reabrir o estabelecimento, fica obrigado a fazer a respectiva comunicação à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista/SC.

Paragrafo Único: a comunicação deverá ser feita por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data prevista para a reabertura do estabelecimento, mediante o fornecimento do recibo de protocolo, que deverá ser solicitado pelo **COMPROMISSÁRIO** ao Apoio Técnico da Promotoria de Justiça.

Cláusula 3ª: Caso ocorra a reabertura do estabelecimento ou outro qualquer que venha a comercializar produtos de origem animal, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a cumprir fielmente as normas vigentes relacionadas à fabricação, distribuição, manipulação, comercialização, acondicionamento e às condições higiênico-sanitárias dos alimentos, visando sempre à preservação da saúde do consumidor, notadamente:

3.1 acondicionar e manter os produtos regularmente e segundo a indicação da embalagem;

3.2 não expor à venda produtos cuja embalagem estiver violada ou aberta;

3.3 não expor à venda produtos que não estejam devidamente registrados no órgão público sanitário competente;

3.4 não reaproveitar alimentos com prazo de validade vencido;

3.5 não colocar novos prazos de validade em produtos cujos prazos estejam vencidos ou por vencer;

3.6 não vender produtos cujo rótulo deixe de apresentar a data de validade;

3.7 não vender produtos com prazo de validade vencido;

3.8 não comercializar produtos com alteração nas suas propriedades organolépticas, que apresentem elementos estranhos ou impurezas;

3.9 não comercializar qualquer produto de origem animal e seus derivados sem que estejam previamente submetidos à inspeção pelo órgão competente da Administração Pública (Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal);

3.10 manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos a consumo;

3.11 não fracionar e expor à venda qualquer espécie de produtos de origem animal, mormente temperadas no estabelecimento, sem que possua o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, o alvará sanitário com a devida classificação e os funcionários devidamente habilitados, com carteira de saúde em dia e EPI adequado;

3.12 zelar pela conservação dos produtos de acordo com as especificações do fabricante;

3.13 zelar pela qualidade dos produtos;

3.14 não acondicionar restos de carnes na Câmara fria junto com as carnes prontas para o consumo;

3. DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO E DA COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

Cláusula 4ª: O **COMPROMISSÁRIO**, como medida compensatória indenizatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, nos termos do art. 8º, parágrafo único, do Assento nº 001/2013/CSMP¹, compromete-se, ainda, a efetuar o pagamento no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em favor do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, assumindo a obrigação de pagá-la em 3 (três) parcelas de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com vencimento todo dia 20 (vinte) de cada mês, iniciando-se a primeira parcela no mês seguinte à homologação da promoção de arquivamento do Inquérito Civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, mediante boletos bancários que serão emitidos por esta Promotoria de Justiça;

Parágrafo Primeiro: fica convencionado que os boletos da medida compensatória indenizatória serão emitidos em nome de **Edson Pedro Scalvin**, CPF n. 081.430.209-24, domiciliado na Rua José Marcelino Franco, n. 663, Apto 302, Bairro Jardim São Paulo, Município de São João Batista/SC, sócio responsável do estabelecimento Ofertaço Supermercado LTDA, ficando o **COMPROMISSÁRIO** responsável solidária pelo pagamento;

Parágrafo Segundo: Para a comprovação desta obrigação, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a encaminhar à Promotoria de Justiça,

¹ Art. 8º (...) Parágrafo único. Sem prejuízo de outros, deverão ser considerados os seguintes aspectos na estipulação de medidas compensatórias: a) a extensão do dano; b) as consequências do dano na sociedade, incluindo atividades culturais, econômicas, agrícolas, de pesca, de turismo, de recreação etc.; c) a abrangência de pessoas afetadas; d) o nível de reversibilidade do dano; e) a depreciação do bem lesado; f) os custos para a reparação do dano; g) a identificação do estado anterior do bem lesado; h) o tempo de exposição do bem à conduta lesiva; i) a importância do bem lesado à comunidade atingida; j) as vantagens, ainda que não patrimoniais, obtidas pelo infrator; k) os custos públicos decorrentes das iniciativas apuratórias da infração e mitigatórias dos seus efeitos danosos; l) as medidas adotadas pelo infrator para eliminar ou minimizar os efeitos danosos decorrentes da infração; m) o grau de culpabilidade; e n) as condições econômicas e sociais do infrator.

pessoalmente ou através de *e-mail* (*saojoaobatista01pj@mpsc.mp.br*), cópia do boleto devidamente quitado, em até 5 (cinco) dias após o prazo estabelecido para o seu vencimento.

4. DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS

Cláusula 5ª: Em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das cláusulas do presente termo e/ou reiteração na comercialização de produtos impróprios para o consumo, o **COMPROMISSÁRIO** fica obrigado ao pagamento de multa no valor de 10.000,00 (dez mil reais), a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça.

Parágrafo Primeiro: o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do **COMPROMISSÁRIO** para comparecimento na Promotoria;

Parágrafo Segundo: não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

Parágrafo Terceiro: além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

Parágrafo Quarto: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula 6ª: o **COMPROMITENTE** compromete-se a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta e também se compromete a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos.

Parágrafo Único: eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelo **COMPROMISSÁRIO**.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 7ª: as partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

Cláusula 8ª: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Parágrafo Primeiro: eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de São João Batista/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Parágrafo Segundo: o presente Termo poderá ser protestado perante o Cartório de Protesto de Títulos.

Cláusula 9ª: o presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 17 de fevereiro de 2021.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Ofertaço Supermercado LTDA
Compromissário